



Juntos Somos Fortes!

DIREITOS DOS TRABALHADORES

Abono Permanência Possibilidade de extinção do benefício preocupa trabalhadores

Leia na pág. 3

HORÁRIO ESPECIAL

Projeto beneficia servidor com familiar com deficiência

Leia na pág. 4

ENTREVISTA
Coordenadora de Comunicação da Fasubra faz avaliação da greve dos TAEs

Leia na pág. 5

IDOSO
Nova regra de aposentadoria para o trabalhadores

Leia na pág. 8

GOVERNADOR VALADARES

Campus avançado abre inscrição para mestrado e doutorado

Leia na pág. 4

JURÍDICO

Ação de Usucapião permite reconhecimento de propriedade

Leia na pág. 7

OUTUBRO ROSA
Servidores da UFJF e funcionárias do Sintufejuj participam de corrida solidária

Leia na pág. 8

EDITORIAL

Dia dos Servidores Públicos

Dia 28 de outubro chega mais uma vez, e diante de tantos prejuízos sofridos pela categoria nos últimos tempos, o que devemos fazer? Comemorar ou não?

O “Dia do Funcionário Público” surgiu através do Conselho Federal do Serviço Público Civil, e homenageia a criação das leis que regem os direitos e deveres destes trabalhadores (Decreto Lei nº 1.713, de 28 de Outubro de 1939).

Mais um ano se passa e, com ele, mais uma grande greve da categoria para poder reivindicar aumento e conquistas que perdemos durante muito tempo. Durante anos, essa data era muito comemorada, hoje, isso não é mais possível, devido aos direitos que foram cortados devido aos vários governos que não respeitaram mais o trabalho dos funcionários públicos, antes sempre muito respeitados.

Durante esses anos perdemos direitos como: data-base, uma garantia que teríamos reajuste naquele determinado ano, principalmente, quando éramos vinculados o nosso reajuste com o dos militares. Perdemos nosso anuênio, férias premio e, agora recentemente, a possibilidade de corte do abono de permanência. Mas até quando vai isso?

Por isso, temos que juntar nossas forças e fazer com que essa categoria continue forte, para que tenhamos outros 28 de outubro e possamos comemorar de verdade essa data.

Fizemos uma greve de 133 dias, ou seja, a maior da nossa história, para conquistarmos apenas 10,8% em 2 anos. Está faltando apoio do governo atual para a categoria dos funcionários públicos do Brasil, principalmente nós do executivo, que temos o menor salário da categoria.

Até quando vamos aguentar isso?

PALAVRA DO SERVIDOR

No dia 24 de setembro, a comissão especial que discute o Estatuto da Família na Câmara dos Deputados aprovou o texto principal do projeto, que define família como a união entre homem e mulher. Para você, o que é família?

Família é nosso alicerce, a base da sociedade moderna, porque é a partir da família que construímos uma relação social, cultural, com os nossos amigos e com os nossos parentes de uma forma mais geral. Família não precisa ser formada por pai e mãe necessariamente, porque hoje, a configuração familiar está muito diferente. Então, a configuração da família hoje em dia não depende de gênero, de relações patriarcalistas que existiam no passado, aquela coisa certinha de homem com mulher, as vezes, as crianças são criadas pelos avós, porque os pais estão vivendo uma relação tumultuada. E família pode ser também somente o pai com o filho, não precisa ter, necessariamente, um parceiro ou parceira. Então a configuração da família hoje está mudando, e a própria sociedade está percebendo isso, porque nas escolas, hoje, não se trabalha mais o conceito de família tradicional, mas de uma família mais plural, tanto que não existe mais dia dos pais e sim, da família.

Darlan de Oliveira Lula - Pró-reitoria de cultura



Família é a coisa mais importante para mim, significa muito. A família é um todo, os filhos, a mulher, os familiares em geral, aqueles que estão te acompanhando no dia-a-dia, te dando um apoio necessário. É a coisa mais importante. A família representa muito para mim, porque começa desde os meus pais. Para mim não se restringe a essa definição, o que define esse laço é o amor, o carinho, seja homem ou mulher, é uma coisa só.

Luiz Andres - aposentado

Família é um conjunto de pessoas que moram juntas e que podem ser pai, mãe, filho, avó, avô, tia. Agora, não tem que ser homem e mulher, pode ser mulher com mulher, homem com homem. Eu acho que família é uma reunião de pessoas que moram juntas e se dão bem, convivem, se ajudam, dividem a despesa da casa, independente de ser pai, mãe e filho. Eu acho um preconceito definir família dessa forma, família não tem que ser pai mãe e filho. Quantos as vezes que são avó, tia, que cuidam de sobrinho, de neto, é uma família também. Tem que mudar a lei, porque senão vai ficar do mesmo jeito.

Terezinha Werts - aposentada



Expediente

SintufejuF

Sindicato dos Trabalhadores Técnico-Administrativos em Educação das Instituições Federais de Ensino no Município de Juiz de Fora
Rua Santo Antônio, nº 309 - Centro
Tel.: (32) 3215-7979 / Fax: (32)3215-3876
www.sintufejuF.org.br
comunicacao@sintufejuF.org.br
Twitter: @sintufejuF
Facebook: <https://www.facebook.com/sintufejuF>

Coordenação Geral:

Paulo Dimas de Castro
Lucas da Silva Simeão

Coordenação de Comunicação:

Luiz Roberto Pereira
Silvestre dos Santos

Jornalista Responsável:

Camila Pravato
13.164 - DRT/MG

Conselho Editorial:

José Pedro de Paula
Lêda Maria Chaves Faria
Lucas da Silva Simeão
Luiz Roberto Pereira
Nilza Lino
Paulo Dimas de Castro
Rogério da Silva
Rosângela Frizzero
Silvestre dos Santos

Diagramação: SintufejuF

Colaboração: Laura Kronbauer, e Mauro Assis.

Fotos:

SintufejuF

Projeto gráfico:

Kojio Comunicação

Os artigos assinados são de total responsabilidade dos autores e não refletem necessariamente a opinião da Diretoria do SintufejuF.

Mais cortes

Extinção do abono permanência preocupa servidores

Desde 2003, com a criação do abono permanência, servidores que completaram os requisitos para se aposentar e optaram por continuar trabalhando, recebem um incentivo de valor idêntico ao da contribuição previdenciária paga pelos servidores públicos.

Entretanto, no dia 14 de outubro, o governo anunciou um bloqueio adicional de gastos no orçamento de 2016 no valor de R\$ 26 bilhões. Entre um desses cortes, estava a extinção do abono permanência.

Para que esse corte seja efetuado, deverá ser feita uma proposta de emenda à Constituição. Mas a extinção desse benefício já encontra críticas dentro do próprio governo. Durante sessão da corte no dia 16 de outubro, o ministro do Tribunal de Contas da União (TCU) Benjamin Zymler criticou a decisão do governo federal de acabar com o abono permanência. “Isso vai significar um impacto imediato, sem dúvida. Em nome de uma economia de curtíssimo prazo, que é não pagar o abono permanência, eles [o governo] vão, obviamente, aumentar o déficit previdenciário. Que pacote fiscal em sua consciência pode propor uma economia dessas?”, questionou o ministro do TCU.

Esse é o questionamento dos servidores públicos que se surpreenderam com o anúncio.

Na Universidade Federal de Juiz de Fora, são mais de 300 trabalhadores que recebem o benefício, sendo 223 somente técnico-administrativos. Segundo o coordenador geral do Sintufejuf, Paulo Dimas de Castro, a tendência é que esses servidores se aposentem. “Hoje, o trabalhador aposenta, não tem concurso público dentro da universidade, com isso, não tem saída, porque na prática o que vai ficar hoje é uma universidade faltando técnico-administrativos, capacitados, com anos de experiência na função. Ou seja, quem vai perder com isso é a própria instituição que vai perder experiência de vários profissionais que já estão no mercado e que ainda poderiam exercer a função durante um período a mais”, analisa o coordenador.

A pró-reitora de Recursos Humanos, Gessilene Foine acredita que, mesmo com a extinção do abono, os servidores não irão se aposentar em massa, “as vezes, a pessoa não tem tempo de funcionalismo público, não tem as condições que darão a ele melhor aposentadoria”.

Entretanto, Gessile afirma que será uma perda muito grande para a Universidade caso os servidores resolvam se aposentar, “é a pessoa que tem uma bagagem de conhecimento desses anos todos de universidade. São servidores antigos, mas que tem uma trajetória dentro da universidade”, lamenta a pró-reitora.

A servidora Cláudia Seccádio recebe o abono permanência há 5 anos e acredita que com a extinção do benefício será crescente o número de pedidos para aposentadoria. “Para a faculdade é um prejuízo muito grande, porque vai ficar desfalcado e quem sai perdendo nisso tudo são os alunos”, analisa Cláudia.

Uma das soluções para a reposição desses servidores é concurso público, mas que encontra-se ameaçada após o anúncio do governo da suspensão de concurso em 2016. Gessilene relatou que em conversa com o MEC não havia qualquer restrição para isso. “A gente não depende do Ministério do Planejamento para fazer concurso. Eles não geram impacto orçamentário, porque eles estão cobrindo cargo”, explica Gessilene.

Dia do Idoso

Mudanças na aposentadoria acabam com o fator previdenciário

O 1º dia do mês de outubro é celebrado como dia do Idoso. Essa data é marcada pelo fato do Estatuto do Idoso ter sido aprovado nesse dia, em 2003.

A cada ano, o número de idosos no país tende a aumentar. Um estudo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) comprova que 13% da população brasileira é idosa, e prevê que em 2050 haverá, no Brasil, 73 idosos para cada 100 crianças, numa população de 215 milhões de brasileiros. Juiz de Fora está em terceiro lugar entre os municípios com mais de 500 mil habitantes, com maior concentração de idosos em sua população: 13,6%.

A lei mais importante para os idosos, o Estatuto do Idoso permitiu que diversos direitos fossem implementados como: atendimento preferencial, fornecimento gratuito de medicamentos pelo Poder Público, assento preferencial no transporte público, entre outros.

Mas, muitas vezes, esses direitos não são respeitados. O aposentado João

Francisco de Freitas relatou as dificuldades enfrentadas no cotidiano, “o aposentado é um ser desprezado pela opinião pública e pelos políticos. Hoje eu vejo como é a discriminação.”

Aposentadoria

Um tema relacionado aos idosos é a aposentadoria. No Brasil, o estudo divulgado em 2014, pela Organização Internacional do Trabalho (OIT), indicou que 86,3% das pessoas, com idade para se aposentar, recebem algum tipo de benefício.

Entretanto, a garantia da aposentadoria não significa uma tranquilidade para o trabalhador. Enquanto o piso dos benefícios da Previdência acompanha os ganhos reais dados ao salário mínimo, os benefícios superiores a um salário mínimo tiveram aumentos reais menores, na maioria dos anos acompanhando apenas a inflação.

O aposentado há mais de 30 anos, Ricardo Bonfante sente essa diferença no bolso, “o que acontece é que o salário não

acompanha as despesas. Vai ‘descapitalizando’ e piorando a qualidade de vida.”

Um dos problemas enfrentados por quem vai aposentar é o fator previdenciário, que foi criado para evitar que a pessoa se aposente muito cedo. Entretanto, o Senado aprovou regras novas para a aposentadoria que não aplicam o fator no cálculo do benefício. Com a aprovação, o cálculo da aposentadoria será feito pela regra conhecida como 85/95.

Segundo a nova regra, a mulher que tiver, no mínimo, 30 anos de contribuição para a Previdência Social, poderá se aposentar sem o fator previdenciário se a soma da contribuição e da idade atingir 85. No caso do homem, os 35 anos de contribuição somados à idade devem atingir 95. A regra passa a exigir 86/96 em 2019 e em 2020; 87/97 em 2021 e em 2022; 88/98 em 2023 e em 2024; 89/99 em 2025 e em 2026; e 90/100 de 2027 em diante. Agora, essas medidas precisam ser sancionadas pelo presidente.

Oportunidade

Revista A3 está recebendo artigos de servidores



Técnico-administrativos e docentes podem enviar artigos para serem publicados na próxima edição da revista de jornalismo científico e cultural da UFJF, A3, até o dia 1º de novembro.

Os artigos devem ter caráter informativo, relacionados a divulgação de pesquisa e/ou

opinativo, não podendo ser científicos. Além disso, precisam estar relacionados à pesquisa, cultura, extensão e ensino ou a algum debate importante do momento, podendo apresentar resultados de trabalhos de investigação, reflexão teórico-metodológica ou mesmo argumentação/opinião sobre temas livres.

De acordo com edital de publicação, os textos devem ter no mínimo 2 mil e, no máximo, 2,5 mil caracteres, incluindo espaços. Para conferir os outros critérios de seleção leia o edital.

Os textos devem ser enviados para revista-a3@comunicacao.ufff.br com o assunto “Artigo para a revista A3”.

Horário especial

Projeto beneficia servidor com cônjuge, filho ou dependente com deficiência

Foi aprovado no dia 30 de setembro o relatório do Projeto de Lei do Senado, PLS 68/2015. O projeto permite ao servidor público federal que tenha cônjuge, filho ou dependente com qualquer tipo de deficiência, fazer horário especial, sem exigência de compensação de jornada. De autoria do senador Romário, o projeto teve a aprovação da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), em decisão terminativa, ou seja, sem necessidade da posterior legitimação do Plenário.

Com o objetivo de ajustar a proposta aos termos da Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e estender o direito aos servidores federais que são pais, cônjuges ou responsáveis por pessoas com qualquer tipo de deficiência, o relator Sérgio Petecão agregou duas emendas de Paulo Paim (PT-RS) ao texto. As emendas já foram aprovadas pela Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH). Isto porque o texto original restringia a medida aos casos de deficiência física somente

Ainda é possível haver recurso para votação pelo Plenário, mas se não houver, o PLS 68/2015 será enviado para a Câmara dos Deputados.

Expansão

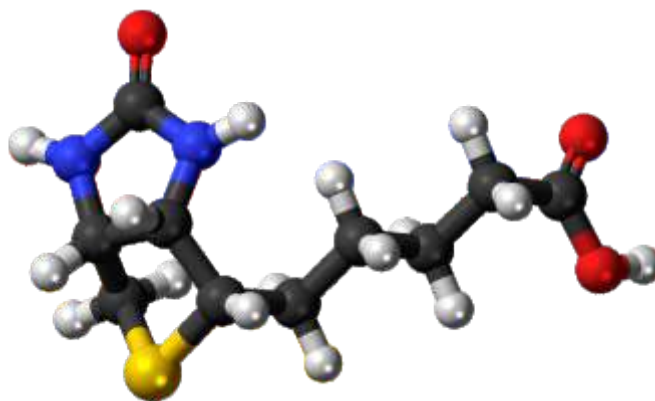
Governador Valadares lança primeiro edital para mestrado e doutorado

Campus avançado passa a integrar Programa de Pós-Graduação em Bioquímica e Biologia Molecular

Já estão abertas as inscrições para o Exame de Seleção de Candidatos ao Mestrado e Doutorado do Programa Multicêntrico de Pós-Graduação em Bioquímica e Biologia Molecular (PMBqBM), da Universidade Federal de Juiz de Fora, em Governador Valadares. Esta é a primeira pós-graduação no campus avançado. A ideia surgiu a partir de um grupo de docentes que atuam no município e tem a formação que atende a Sociedade Brasileira de Bioquímica e Biologia Molecular, SBPQ. O grupo se reuniu e montou uma proposta para adesão, que passou por uma análise interna da universidade e posteriormente foi enviada para a SBPQ.

Segundo o pró-reitor de Pós-Graduação, Pesquisa e Inovação, professor Lyderson Facio Viccini, a abertura do programa é de extrema importância para a expansão da universidade no município. “Abrir uma pós-graduação em um campus recém criado, você possibilita a formação de uma cultura de pesquisa dentro da universidade e

isso é fundamental para o crescimento institucional”, afirma o pró-reitor. Além disso, de acordo com ele, essa integração com o programa é importante também para a comunidade acadêmica, uma vez que os alunos da graduação já começam a conviver com a pós-



graduação e a vislumbrar o cenário de pesquisa como possibilidade profissional, para o docente, é a promoção de conhecimento científico e para o técnico-administrativos, é mais uma possibilidade de trabalho e de capacitação. “O trabalhador de Governador Valadares que tenha

formação na área, terá maior oportunidade de se especializar, ou seja, se capacitar, sem precisar sair de lá”.

De acordo com o edital, serão oferecidas sete vagas para mestrado e duas para doutorado. O processo seletivo é constituído por prova de conhecimento nas áreas de Bioquímica e Biologia Molecular (eliminatória); prova de suficiência na língua inglesa (eliminatória) ou certificado de proficiência em Inglês; análise do histórico escolar e do currículo (classificatória). Para os candidatos ao doutorado, haverá também prova de arguição sobre o projeto de pesquisa (eliminatória).

As inscrições acontecem desde o dia 07 de outubro, até 05 de novembro, nas Centrais de Atendimento do campus avançado – Rua Dr. Raimundo Monteiro de Rezende, 330, Centro – sala 300 (Prédio da Faculdade Pitágoras) ou Rua Israel Pinheiro, 2000 – Bairro São Pedro – Bloco D9 (Campus II da Univale). O edital está disponível no site www.ufff.br/campusgv.

Entrevista - Palavra da Federação**Coordenadora da Fasubra, Neide Dantas afirma que greve teve avanços e vitórias**

Neide da Silva Dantas Mendes, servidora Técnico-Administrativa em Educação lotada na Escola de Música da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG); coordenadora de Comunicação Sindical do SINDIFES; coordenadora de Comunicação e Formação Sindical da FASUBRA.

Sintufejuf: Que análise você faz da greve dos servidores técnico-administrativos, como foi a participação das bases até a construção do acordo?

Neide Dantas: A greve se estabeleceu numa conjuntura adversa para a nossa categoria. Porém, nem mesmo o momento desfavorável foi capaz de arrefecer os ânimos dos TAE que, desde os debates iniciais, acreditavam na capacidade do movimento enfrentar o governo, para conquistar ganhos salariais e na carreira; a redução da jornada de trabalho; estabelecer novos patamares nas relações no interior das instituições; disputar com o governo as nossas concepções em aspectos como negociação coletiva e democratização das IFES, dentre outros.

Sem dúvida foi uma greve que se iniciou forte e assim permaneceu em praticamente todo o período da sua duração. Nacionalmente, a adesão ao movimento na base da FASUBRA atingiu as 67 instituições federais de ensino. Isto significou milhares de estudantes com as aulas comprometidas ou sem aulas; serviços acadêmicos e administrativos que não aconteceram; matrículas do SISU sem se efetivar; redução dos atendimentos nos hospitais universitários; cancelamento de inúmeras atividades de ensino, pesquisa e extensão.

A categoria se manteve bastante mobilizada até o final da greve. Obviamente, depois de 133 dias, é difícil manter a intensidade da paralisação dos meses iniciais. Todavia, creio que até a assinatura do acordo havia ainda um grande contingente de trabalhadores paralisados.

Sintufejuf: Embora não tenhamos chegado próximo do índice proposto pela Fasubra, é possível dizer que a greve tenha sido vitoriosa? Por que?

Neide Dantas: Se você for pensar somente do ponto de vista financeiro, é óbvio que o índice conquistado ficou aquém daquilo que pedimos inicialmente. Em todas as análises, a maioria das lideranças da FASUBRA Sindical fizeram questão de enfatizar isto. Até mesmo a orientação encaminhada às bases sobre a necessidade de se por fim à greve apontou neste sentido: aceitar a proposta do governo era tão somente para evitar maiores perdas

nos próximos períodos.

Muitos trabalhadores só conseguem perceber a vitória sob o prisma do índice salarial. Mas se analisarmos a nossa pauta de reivindicações e refletirmos que ela não se compõe exclusivamente das reivindicações financeiras imediatas, podemos reconhecer vitória em outros aspectos: o reajuste em dois anos. Quem analisa a conjuntura política e financeira do país sabe que o Ajuste Fiscal do governo pretendia, inicialmente, reduzir gastos e investimentos durante quatro anos. Esta mudança significou um recuo do governo, talvez pelo desgaste que o funcionalismo impôs. Percebo como avanço a correção nos benefícios, como auxílio pré-escolar alimentação e saúde, que há tantos anos não tinha qualquer variação. Também a manutenção da paridade dos vencimentos entre ativos, aposentados e pensionistas; o pequeno aumento no step (que passará para 3,9% em 2017), mas que impacta positivamente os salários, principalmente para quem está entre o meio e o fim da tabela salarial; a obtenção de 2 mil vagas de graduação e 2 mil vagas de especialização para os TAE já em 2016; o debate de itens e elementos da nossa carreira, tais como aprimoramento, dimensionamento de pessoal e racionalização, que também deverão acontecer até 2016; o aproveitamento de disciplinas de graduação e pós para capacitação; a discussão da negociação coletiva. Além disso, será realizado em breve o seminário nacional sobre assédio moral nas IFES; será aberto o debate sobre a questão da democratização das IFES e dos trabalhadores cedidos à Ebserh.

Existem outros temas que precisaremos

disputar no interior das IFES, tal como a flexibilização da jornada – 30 horas –, mas o debate tomou corpo quando foi para a mesa de negociações junto ao governo. Portanto, na minha opinião, são avanços e vitórias, sim!

Sintufejuf: Por que não conseguimos arrancar um acordo melhor?

Neide Dantas: Creio que, principalmente, porque vivemos um momento conjunturalmente difícil, em meio a uma crise política, que gerou uma crise econômica, que por sua vez gerou uma crise social, retroalimentando a crise do capital. Embora tenhamos feito uma greve forte, estávamos praticamente sozinhos, poucas categorias dos SPF (Serviço Público Federal) estiveram efetivamente em greve. Embora os docentes tenham paralisado em algumas instituições, na maioria delas o movimento sequer ocorreu. Nenhuma das greves que ocorreram no Brasil neste ano de 2015 obteve grandes avanços, seja econômico ou de outra ordem. Não há como negar que a crise político-financeira impacta diretamente toda a conjuntura, trazendo mais dificuldades aos processos negociais.

Sintufejuf: Uma das críticas que recebemos por parte da categoria, foi quanto a demora da Fasubra para apresentar uma contraproposta ao governo. Poderia ter feito diferença na negociação se a proposta de 9,5% em 2016 e 5,5% em 2017 tivesse sido apresentada mais cedo?

Neide Dantas: Qualquer coisa que eu diga neste sentido é um exercício de futurologia. Não há como dizer “se isto tivesse sido feito no lugar daquilo, o resultado seria melhor”. Confesso minha incapacidade de traçar cenários hipotéticos. Na minha opinião, o Comando Nacional de Greve da FASUBRA Sindical fez aquilo que esteve ao seu alcance. Lutou muito, negociou muito, se esforçou muito. Do ponto de vista estratégico, usou de todas as suas possibilidades, seja na busca de parceiros entre os parlamentares no Congresso Nacional, nas Centrais Sindicais, em outras entidades. Fez atos e ações em ruas, praças, avenidas, nas instituições. Realizou marchas, caravanas, acampamentos, ocupações. Enfim, foi uma árdua batalha. E se não conseguimos tudo o que reivindicamos, realmente não foi por falta de esforço. Quanto à estratégia, quem sabe em outro momento ela poderá ser diferente? Fica para a nossa reflexão!

PRESTAÇÃO DE CONTAS

MAIO/2015	
RECEITAS	
Mensalidades	128.036,8
Comissões de seguros	1.935,14
Renda de aplicação financeira	153,92
Taxa administrativa	3.658,88
Outras receitas	757,51
Total	134.541,74
DESPESAS	
Folha e encargos	58.404,97
Desp. administrativas	15.501,33
Desp. operacionais	9.626,26
Desp. relações sindicais	3.818,83
Desp. formação e política sindical	27.274,09
Sede Campestre	2.025,20
Taxas e serviços bancários	3.001,23
Serviços de terceiros	33.075,39
Total	146.129,16
INVESTIMENTOS	
Notebook	1.633,18

JUNHO/2015	
RECEITAS	
Mensalidades	128.145,55
Comissões de seguros	977,03
Renda de aplicação financeira	317,47
Taxa administrativa	3.658,54
Outras receitas	926,28
Total	134.024,87
DESPESAS	
Folha e encargos	53.875,90
Desp. administrativas	18.945,30
Desp. operacionais	17.567,62
Desp. relações sindicais	3.851,87
Desp. formação e política sindical	20.539,33
Sede Campestre	1.872,31
Taxas e serviços bancários	3.665,73
Serviços de terceiros	32.513,53
Total	152.831,59

Novos convênios

Parkidiomas (Escola de Idiomas)
Rua Padre Café, 179, São Mateus
Obs. 30% desconto na mensalidade
40% desconto na matrícula

ERRATA

Na página 08 da edição 201 do jornal do Sintufejuf erramos a legenda das fotos da matéria “Atos pressionam o governo a negociar com os técnico-administrativos”:
*Na foto inferior à esquerda, leia “Comando Local protocolam documento pedindo agenda com reitor”.
*Na foto inferior à direita, leia “Trabalhadores distribuem bolo em descomemoração aos 100 dias de greve”.

Agenda

- 24 de outubro - Baile do Servidor
- 20 de Novembro - XII Encontro 20 de Novembro

Obituário

João Simon - Professor da Faculdade de Engenharia
26/06/1920 + 07/10/2015


Encontro discute Doença falciforme

O dia 27 de outubro é estabelecido como “Dia Nacional de Luta pelos Direitos das Pessoas com Doenças Falciformes”. Para marcar a data, a Associação de Pessoas com Doença Falciforme e Traço Falciforme de Juiz de Fora e Região promove uma reunião de pais, familiares e pessoas com a doença. Em parceria com o Sintufejuf, o encontro é aberto para a comunidade e acontece às 14h no dia 31 de outubro, no Restaurante Universitário, Centro.

Segundo a presidente da associação, Maria da Penha Correia Silva, é importante destacar que embora seja uma anemia, a doença falciforme não possui relação com a falta de ferro. “Na quebra das hemácias dentro do sangue, ela possui muito ferro no organismo”, explica. Trata-se de uma doença hereditária, causada por uma modificação no gene. As hemácias assumem forma de “foice”. Devido a dificuldade de circulação nos vasos sanguíneos, prejudica a oxigenação do organismo.

Com isso, essas pessoas podem apresentar crises de dores ósseas, na barriga e infecções repetidas. Essas dores podem provocar acidentes vasculares e levar até a morte. O diagnóstico é feito já na maternidade, através do “teste do pezinho”. Além da medicação, é muito importante a hidratação e a alimentação saudável, para diminuir os sintomas da doença.

Infelizmente, segundo Maria da Penha, a doença ainda é pouco conhecida, até mesmo pelos médicos, que quando recebem pacientes com anemia falciforme, não sabem como proceder. “A gente queria que a sociedade enxergasse o paciente da maneira como ele é, com as limitações e dificuldades dele. Quando o trabalhador faltar o emprego por uma semana porque teve uma crise, e voltasse com o atestado, o patrão não mandasse ele embora”, lamenta Maria da Penha.

Acesse o site do Sintufejuf e conheça mais sobre a doença www.sintufejuf.org.br

SINDICALIZE-SE

Seja também protagonista desta história!


Sindicaliza do desde o início da Associação, Luiz Antônio da Silva, trabalhador do Restaurante Universitário afirma que o Sintufejuf é um referencial em sua vida. “O sindicato faz diferença em tudo da minha vida, tudo o que eu ate hoje precisei e dependi do sindicato sempre foi correspondido. Só tenho a agradecer o sindicato”, disse o servidor.

Luiz Antônio utiliza os serviços do jurídico do Sintufejuf e, segundo ele, sempre que precisou foi beneficiado. Ele destaca as

ações coletivas como os melhores ganhos enquanto sindicalizado, sendo elas, 3,17% e os 28,86%.

Além do jurídico, o servidor resalta o cartão Bahamas como um dos maiores benefícios concedidos as sindicalizados.

Após tantos anos fazendo parte da história do Sintufejuf, Luiz Antônio explica porque permanece sindicalizado, “eu acredito no sindicato, nós temos um sindicato sério, forte e sincero com todos os sindicalizados”.

Para os novatos, o servidor reforça a importância da sindicalização “eu diria para se sindicalizarem, porque se um dia precisarem de advocacia ou algum plano, o sindicato estará sempre disponível”.

Assessoria Jurídica Nosso Direito

USUCAPIÃO

Ação de Usucapião permite reconhecimento de propriedade definitiva

Moradores que tiverem posse de imóveis, por tempo prolongado, sem interrupção ou qualquer reclamação podem entrar com ação de usucapião. A ação permite que uma pessoa que tem posse de um bem imóvel adquira a propriedade de forma definitiva, ou seja, ela passa a ser reconhecida como a dona do imóvel.

Entretanto, para a ação, são necessários determinados requisitos. São eles: bem usucapível, posse, tempo, justo título e boa fé. Conforme o primeiro requisito, o imóvel não pode ser de propriedade do Poder Público. A posse deve ser sem interrupções e suas atitudes devem ser como a de um autêntico proprietário, que zela e protege o bem.

Para a aquisição da propriedade pela usucapião, o prazo começa a ser contado no dia seguinte ao dia em que foi fixada a moradia sem sofrer nenhum questionamento. O justo título pode ser uma escritura de compra e venda, formal de partilha, carta de arrematação e até mesmo um contrato particular compra e venda. Boa-fé está geralmente associada ao justo título, uma vez que ela consiste na crença do morador em relação a validade do título de compra e venda, que teria lhe assegurado a transferência da propriedade.

Existem três principais formas de ação de usucapião (extraordinária, ordinária e Especial Rural e Urbana), cada uma delas possui uma série de condições.

A Usucapião Extraordinária corresponde à forma de usucapião mais comum e conhecida. Para esta, basta o ânimo de dono (agir como se fosse dono), a continuidade da posse (residir no imóvel) e tranquilidade pública da posse por um prazo de 15 anos, que pode ser reduzido para 10 anos se indivíduo houver estabelecido no imóvel sua moradia habitual ou nele tiver realizado obras e serviços de caráter produtivo.

A Usucapião Ordinária apresenta os

seguintes requisitos: Posse com o tempo mínimo de 10 anos, sendo que o indivíduo precisa ter cuidado do terreno como dono de forma contínua, além de estar de boa-fé e ter justo título.

A Usucapião Especial Rural e Urbana, são também conhecidas como Usucapião Constitucional por terem sido introduzidas pela Constituição Federal de 1988.

A usucapião Especial Rural não se contenta com a simples posse, ou seja, o autor da ação deve também demonstrar que fixou moradia habitual e vem exercendo atividade produtiva de caráter rural no imóvel, como por exemplo, possuir criações e plantações. Portanto, para entrar com a ação de usucapião rural, o autor

deverá preencher os seguintes requisitos: Não possuir outro imóvel urbano ou rural; ter posse mansa e pacífica por um prazo mínimo de 5 anos ininterruptos; a área rural deverá ter no máximo 50 hectares.

Já para a Usucapião especial Urbana há uma exigência de que no imóvel contenha uma construção residencial. É fundamental que o possuidor venha fixar a residência no imóvel.

Para pleitear a usucapião especial o autor deverá preencher os seguintes requisitos: Não possuir outro imóvel urbano ou rural; ter posse mansa e pacífica por um prazo mínimo de 5 anos ininterruptos e deverá a área ser de no máximo 250m².

Os três primeiros requisitos, o Bem usucapível, Posse e Tempo são indispensáveis e exigidos em todas as espécies. Já o Justo Título e a Boa-fé somente são exigidos na usucapião ordinária.

Pressupostos gerais para Ação de Usucapião

É preciso consultar um advogado para verificar as possibilidades de ajuizamento da ação de usucapião. Confirmada, é necessário contratar um engenheiro e providenciar a planta da área a ser usucapida com elementos

suficientes para identificar e descrever a área do imóvel.

Após estas providências, a ação deverá se ajuizada no foro onde se encontra o imóvel. Deverão, então, ser obrigatoriamente citados o suposto dono, cujo imóvel está registrado em seu nome e os vizinhos do terreno. É indispensável que haja intimações da Fazenda Pública da União, da Fazenda pública Estadual, da Fazenda Pública do Município e do Ministério Público para que se manifestem no sentido de dizer se há alguma oposição quanto ao imóvel.

Cumpridas essas exigências, o processo de Usucapião deverá prosseguir em vara cível. Estando toda documentação, correta no processo, com as citações ocorridas, não havendo oposição de nenhum dos entes do Poder Público ou de terceiros interessados, o Juiz da causa marcará uma audiência de Instrução e julgamento. Nesta ocasião, se não houver prova desfavorável ao autor, o Juiz declarará em sentença o domínio definitivo do imóvel. Posteriormente, é necessário registrá-lo em Cartório de Registro de Imóvel da região, deste modo, será reconhecido de forma pública a propriedade do mesmo.

O Usucapião de bens imóveis está presente nos Arts. 1.238 ao 1.244 do Código Civil de 2002 e nos Arts 183 e 191 Constituição Federal de 1988.

Alessandro Coutinho – Advogado da Área Cível

PLANTÕES DEPARTAMENTO JURÍDICO Área Administrativa

4ª e 6ª feira (13h às 17h): Vívian Fagundes

3ª feira (08h às 12h30): Luciana Delácio

4ª feira (08h às 11h30): Luciana Delácio

2ª feira (10h às 14h): Sérgio Ricardo

Área Cível

2ª e 3ª feira (14h às 18h): Alessandro Coutinho

4ª e 5ª feira (09h às 13h): Alessandra

Alves

Atenção:

Toda reunião a ser marcada pelo sindicalizado em qualquer órgão, com a presença do advogado do sindicato, deverá ser agendada dentro do horário de atendimento do mesmo, conforme o cronograma do Departamento Jurídico.

**Em caso de desistência,
pedimos que nos comuniquem.**



Vigilância

Sintufejuf proporciona a servidores participação em Seminário de segurança

O Sintufejuf patrocinou a participação de dois vigilantes sindicalizados no XXIV Seminário de Segurança das Instituições Públicas de Ensino Superior (IPES) e Ensino Básico, Técnico e Tecnológico (EBTT) que foi realizado entre os dias 14 e 18 de setembro, na Universidade Federal de Minas Gerais, em Belo Horizonte.

No seminário, os vigilantes discutiram os aspectos legais do cargo de segurança e suas condições de trabalho nas instituições públicas.

O servidor Hitamar Souza Ramos, um dos trabalhadores enviados pelo Sindicato, relatou que através dessas discussões, ficou provado que o cargo de vigilante não está extinto. Hitamar destacou ainda que, “a discussão fundamental foi a abertura de concurso público para a categoria de segurança e, foi muito abordado também, o problema da terceirização.”

O servidor aposentado, João Francisco de Freitas que trabalhou durante 33 anos no cargo de vigilância, ressaltou a importância da participação de aposentados no evento. “A experiência foi muito boa, inclusive, me senti muito elogiado por ter sido escolhido para representar a nossa universidade, valorizando também o aposentado, porque a gente não está sendo esquecido. São essas coisas que nos dão valor, porque a alegria de estar com meus companheiros, trocando ideia, tendo dialogo é



Participantes do XXIV Seminário de Segurança

muito bom”, disse João Francisco.

Os dois servidores agradecerem a contribuição do Sintufejuf em proporcionar a participação de ambos no evento. “Eu queria agradecer o empenho do Sintufejuf teve em conceder duas vagas e, com muita luta, nós conseguimos duas vagas patrocinadas pela administração superior”, reconhece Hitamar.

Durante o Seminário foi escolhido o Rio de Janeiro como próxima cidade a receber o evento.

Luta contra o câncer

Corrida solidária marca Outubro Rosa



Servidores e funcionárias do Sintufejuf participaram da corrida

Outubro é o mês de campanha para reforçar a prevenção ao câncer de mama. O objetivo é conscientizar a sociedade para a necessidade do diagnóstico precoce e os riscos da doença. Para abraçar a causa, no dia 04 de outubro, em meio a mais de duas mil pessoas vestindo a camisa cor de rosa, as funcionárias do Sintufejuf Patrícia Roque, Mara Vieira e Mariela Miranda e os sindicalizados Gedair dos Reis (Laboratório de Química) e Regina Rocha (Hospital Universitário) participaram da 3ª Corrida Solidária da Ascomcer (Associação Feminina de Combate e Prevenção ao Câncer). A prova fez parte do Ranking de Corridas de Rua da cidade. Realizado no Campus da UFJF, o evento teve o percurso de 6,5km para corrida e 2,3km para caminhada. Os recursos arrecadados com as inscrições são destinados ao tratamento dos pacientes oncológicos.

Participante de corridas na cidade desde 2000, Gedair dos Reis

marcou presença nas três edições do Outubro Rosa. Na primeira correu sozinho, já na segunda e terceira, como guia de deficientes visuais. Participou também no apoio da corrida do ano passado. Para ele, ser guia é um engrandecimento da alma. “Quando nos propomos a doar nossos olhos para o atleta visual, nós ganhamos muito mais”, afirma.

Regina Rocha correu pela primeira vez. Ela faz parte de um grupo na universidade de academia ao ar livre. “Eu gosto de praticar exercício, então eu resolvi participar também para ajudar, uma vez que é uma corrida solidária”, diz Regina, e acrescenta que foi também uma oportunidade de superação. “Eu já participei de outras corridas. Em todas eu sempre caminhava, essa foi a primeira que eu corri mesmo, e olha que tinham muitas subidas, muitos morros. Mas eu consegui vencer. Gostei muito, foi uma experiência incrível”, conta.

Também iniciante na corrida, Patrícia Roque afirma que está sempre contribuindo com doações, mas o evento é também uma oportunidade colocar a saúde em dia. “É muito melhor você fazer as duas coisas ao mesmo tempo, o fato de estar ajudando é um incentivo maior para praticar exercício. No momento da corrida, a gente fica emocionada. Eu fui para fazer a caminhada, e fiz duas vezes o percurso”, conta.

As funcionárias Mara Vieira e Mariela Miranda correram pela segunda vez, e afirmam que sempre foram muito engajadas com a causa da associação. Para elas, o evento é importante para induzir as pessoas a fazerem os exames preventivos. “Eu conheço pessoas esclarecida que quando chega o outubro rosa, por causa da campanha, faz a mamografia”, afirma Mara. Segundo Mariela, correr no Outubro Rosa proporciona uma satisfação ainda maior. “É muito gratificante você poder ajudar o próximo com um gesto tão simples, levantar um domingo de manhã, ir para lá e participar. Isso é muito bom. Quem nunca foi, vale a pena ir”, convida Mariela.

Acompanhe nossas notícias também pelo site
www.sintufejuf.org.br